

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. JULIAN LEMOS)

Dispõe sobre a isenção do imposto de importação na compra de uma única arma de fogo, sem similaridade nacional, para isso pessoal por policiais civis, policiais militares, policiais federais, bombeiros militares, guardas municipais e policiais legislativos da câmara dos deputados e do senado federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do imposto de importação, na compra de uma única arma de fogo, sem similaridade de fabricação nacional, os Policiais Civis, Policiam Militares, Policiais Federais, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e Policias Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1º. Para fazer jus à isenção o beneficiário deverá apresentar a sua carteira funcional acompanhada de uma declaração oficial da Instituição a que esta servindo, assinada pelo dirigente máximo do órgão.

§ 2º. A arma deverá ser adquirida diretamente do fabricante ou de revendedores no exterior, mediante licença prévia do Ministério do Exército, observadas as exigências do Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826, de 22 de Dezembro de 2003 – e a regulamentação da Polícia Federal.

§ 3º. A competência para atestar a inexistência de similar nacional do Ministério do Exército.

§ 4º. Esta Lei também se aplica aos policiais, bombeiros e guardas municipais aposentados e da reserva.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de Lei é facilitar a aquisição de uma única arma de fogo de alta qualidade e com preço acessível para os policiais civis, policiais militares, policiais federais, bombeiros militares, guardas municipais e policiais legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O fato é que esses profissionais, na condição de guardiões da segurança pública, precisam ser prestigiados e valorizados pelo Estado e pela sociedade brasileira, numa demonstração inequívoca de apoio e compromisso com a segurança pública.

Nesse contexto, a isenção do imposto de importação na aquisição de uma única arma de fogo sem similar de fabricação nacional, para uso pessoal, é sem dúvida, um incentivo profissional significativo que contribui para o aperfeiçoamento da segurança pública sem onerar demasiadamente os cofres públicos.

, gostaria de pedir o apoio dos nobres pares nesta casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei em tela.

Por essas razões, ante o exposto e tendo em vista a imensa relevância desta medida para a melhoria da segurança pública peço o sufrágio dos Alunos Pares para a aceitação, apreciação e aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2019.

(Do Sr. JULIAN LEMOS)

PSL/PB